

UMA COALIZÃO DO SUL GLOBAL POR DIREITOS E SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA E JUSTIÇA DO DESENVOLVIMENTO



POR QUE?

A cisão entre o Sul e o Norte Global em relação ao direito ao desenvolvimento e à justiça do desenvolvimento tem raízes profundas na história colonial e nas lutas pós Segunda Guerra Mundial sobre o alcance dos direitos humanos. Hoje, essa cisão é exacerbada pelo aumento da desigualdade, pelo domínio dos países do Norte nas instituições econômicas globais e pelo apoio aos interesses de suas empresas transnacionais, apesar dos danos comprovados à justiça e aos direitos das pessoas.

Crises globais, como a COVID-19, expuseram injustiças sistêmicas de desenvolvimento e suas consequências para as pessoas mais oprimidas em muitos países do Sul Global. Isso inclui intensa pressão das instituições financeiras para implementar austeridade fiscal, regras comerciais e de investimento injustas e redução do financiamento para políticas sociais em, entre outros, nutrição, água potável, moradia, educação e saúde, incluindo direitos sexuais e reprodutivos.

À medida que doadores tradicionais cortam financiamento, o peso da dívida torna-se cada vez mais insustentável e a desigualdade dispara, enquanto a culpabilização das vítimas e os movimentos contra a igualdade de gênero ganham terreno. Enraizada em crenças e instituições patriarcais, antigas e novas, a oposição aos direitos sexuais e reprodutivos cresceu para se aproveitar da cisão entre Sul e Norte. Alguns opositores atacam a igualdade de gênero e os SSR a nível nacional, regional e global, ao mesmo tempo que afirmam apoiar o Sul em questões como a dívida.

No entanto, a história mostra que, mesmo em contextos políticos complexos, é possível avançar no cumprimento dos direitos humanos. Os fóruns políticos internacionais têm sido, há muito tempo, um local onde os SDSR são contestados.

Apesar de grande oposição, os movimentos feministas e sociais, com base nas experiências vividas por meninas, mulheres e pessoas oprimidas, têm usado com sucesso esses espaços para identificar e definir questões-chave, construir compromisso político e momentum, e garantir a responsabilidade pelo avanço da igualdade de gênero e dos direitos humanos. A chave para esses sucessos é conectar os direitos sexuais e reprodutivos e a igualdade de gênero ao direito mais amplo ao desenvolvimento e à justiça para o desenvolvimento — a ideia de que todas as pessoas e todos os países devem ter os meios e o acesso a sistemas justos para moldar seu caminho rumo ao bem-estar. Promover os direitos sexuais e reprodutivos não é apenas uma questão de liberdades pessoais ou saúde; é também fundamental à justiça para o desenvolvimento, para acabar com a desigualdade e para garantir os direitos humanos das pessoas.

POR QUE AGORA?

Na atual conjuntura de múltiplas crises, isso se tornou ainda mais importante. Nossa oposição é forte, dotada de recursos e bem coordenada, enquanto o espaço para os movimentos feministas e seus aliados influenciarem as agendas globais vem se fechando.

Estamos enfrentando uma crise.

Mas estamos convencidos de que um movimento feminista forte, revitalizado e liderado pelo Sul pode enfrentar esse desafio e responder de forma estratégica. Uma nova geração vibrante de jovens ativistas em direitos sexuais e reprodutivos e justiça para o desenvolvimento está crescendo no Sul Global, dando-nos esperança e confiança. Essa geração acredita que SSR e justiça para o desenvolvimento são inseparáveis. Um depende do outro.

COMO?

É urgente criar uma nova narrativa e uma nova coalizão. A Coalizão do Sul Global para os Direitos Sexuais e Reprodutivos e a Justiça para o Desenvolvimento é uma resposta a esse desafio. Liderada por um grupo transversal de ativistas de direitos sexuais e reprodutivos e justiça para desenvolvimento do Sul Global, juntamente com aliados, a Coalizão do Sul Global está trabalhando para mudar a narrativa, vinculando os direitos sexuais e reprodutivos à justiça para

desenvolvimento e ao direito ao desenvolvimento. Seu trabalho inclui análise, incidência local e global e mobilização de atores-chave de movimentos feministas, sociedade civil, organizações internacionais e governos que defendem a justiça e os direitos humanos para todos.